

## **EVIDÊNCIA DE ANGLO-SAXÕES NAS FONTES DA INGLATERRA ANGLO-SAXÔNICA? TERMOS E USOS NO MEDIEVO E CONTEMPORANEIDADE**

### **Anglo-Saxons in anglo-saxons sources? Terms and uses in the Middle Ages and in contemporaneity**

Elton O.S. Medeiros (Doutor/Faculdade Sumaré)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9901-014X>  
E-mail: [cosmedeiros@gmail.com](mailto:cosmedeiros@gmail.com)

Isabela Albuquerque (Doutora/UPE/Campus Garanhuns)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1445-2895>  
E-mail: [isabela.albuquerque@upe.br](mailto:isabela.albuquerque@upe.br)

Recebido em: 26/02/2021  
Aprovado em: 27/05/2021

#### **Resumo:**

Este artigo tem por objetivo discutir, em função dos recentes debates, as evidências históricas nas fontes documentais medievais referentes ao termo “anglo-saxão” e suas derivações. Com base nos termos utilizados na documentação em inglês antigo e língua latina, abordaremos como os vocábulos identitários foram utilizados para designar os governantes ingleses da ilha e conseqüentemente a quem eles governavam. Para tanto, será levado em conta, também, os medievalismos e usos do passado a respeito do período chamado de anglo-saxônico, bem como as justificativas por detrás do movimento contemporâneo para abolição do termo.

**Palavras-chave:** Inglaterra anglo-saxônica, identidades, medievalismos.

#### **Abstract:**

The aim of this paper is to discuss, due to recent debates, historical evidence in medieval documentary sources related to the term anglo-saxon and its varieties. Based on the terms used in Latin and Old English in the documents, it will be approached how identity words designate the island english rulers. Therefore, it will also be taken into consideration medievalisms and uses of the past concerning the so-called Anglo-Saxon period, as well as the justifications behind the movement towards the ending of the term.

**Keywords :** Anglo-Saxon England, identities, medievalisms.

## Introdução

Em setembro de 2019, a maior associação de estudos anglo-saxônicos – antiga *International Society of Anglo-Saxonists* (ISAS) – teve seu nome envolvido num intenso debate na rede social Twitter, após a sua diretora executiva demitir-se em público. Segundo Mary Rambaran-Olm, os estudos medievais em geral e os anglo-saxônicos em específico seriam palco de atitudes racistas, misóginas e vinculadas a grupos supremacistas brancos.<sup>1</sup>

As discussões a respeito do tema não cessaram por aí. Meses após o discurso de Rambaran-Olm, os debates continuaram, tanto nas redes sociais quanto entre os integrantes do grupo em questão, levando, inclusive, a modificar o nome para *International Society for the Study of Early Medieval England* (ISSEME).

De fato, toda essa problemática acendeu um sinal de alerta nos estudos anglo-saxônicos no mundo, o qual pôs em xeque inclusive como denominamos os grupos que governaram boa parte da ilha entre os séculos V-XI, tornando o termo anglo-saxões e suas variantes *persona non grata*.

A polêmica não passou despercebida pela academia brasileira e gerou um desconforto quanto ao uso desta terminologia e levantando o questionamento entre os pesquisadores da área: como proceder quanto ao termo anglo-saxão ou anglo-saxônico? Apesar de no Brasil o vocábulo não ser dotado da mesma conotação que nos EUA, temos observado jovens pesquisadores brasileiros receosos quanto à classificação "Anglo-Saxon England". Deveria o mesmo ser abolido e substituído? Como chamar agora um campo de estudos que envolve não apenas a história, mas outras ciências como a linguística, a literatura, a arqueologia?

O que chamamos nos dias de hoje de forma tão natural por “Inglaterra”, “ingleses” ou “anglo-saxões”, por exemplo, não era dotado da mesma denominação que no período medieval. Para tanto, apontamos ser fundamental a compreensão de que as palavras e os seus usos também são dotados de uma historicidade, a qual precisa ser bem localizada no tempo e no espaço, a fim de que possamos historicizar os termos adotados e seus usos e - por que não? - abusos. É evidente que o significado dessas terminologias na contemporaneidade não é o mesmo que para um indivíduo que viveu no período medieval.

A fim de analisarmos o uso do vocábulo “anglo-saxão” no período chamado de Alta Idade Média (V-XI)<sup>2</sup>, recorreremos às fontes escritas do período, sobretudo àquelas produzidas entre os séculos VIII-X. A partir da obra de Beda, dos anais organizados a partir da *Crônica Anglo-Saxônica* e dos charters, examinaremos se é possível abordarmos o período em questão como anglo-saxônico e se os povos que estavam com o domínio político de boa parte da ilha do período denominavam a si mesmos como anglos, saxões ou anglo-saxões.

O debate a respeito do assunto, é importante ressaltarmos, é de suma importância para o cenário da produção historiográfica brasileira. Desde seus primórdios o campo de estudos históricos medievais no Brasil foi marcado por uma forte influência da academia francesa. O que levou, ao menos até meados dos anos de 1990,<sup>3</sup> a uma forte preponderância de trabalhos voltados em primeiro lugar à França medieval e em segundo lugar à Península Ibérica. Entretanto, já na década de 1940 surge um dos primeiros trabalhos a se destacar por se diferenciar em sua temática da produção acadêmica preponderante da época.

No ano de 1942 o professor Eurípedes Simões de Paula concluía sua tese intitulada: “*O comércio varegue e o grão-principado de Kiev*”, sob a orientação do professor Jean Gagé, no departamento de História da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Contudo, nas décadas seguintes, a tese do professor Eurípedes se revelou como uma das poucas produções acadêmicas deste tipo na área, a escapar de eixos temáticos franco-ibéricos. Se tornando um exemplo de exceção que confirmava a regra dentre as produções acadêmicas posteriores.

No que diz respeito à Inglaterra da Alta Idade Média, os primeiros trabalhos acadêmicos em nível de pós-graduação só viriam a surgir na primeira década do século XXI. A primeira produção científica a trabalhar com temas voltados ao período histórico da Inglaterra anglo-saxônica foi a dissertação de mestrado de Thaís Lima Benedetti, no ano de 2004, intitulada: “*O Reinado de Aethelred II (978-1016) e os seres monstruosos em Beowulf*”, sob orientação da professora Néri de Barros Almeida, pelo departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Pouco tempo depois surgia um segundo trabalho no Brasil que também abordava temática semelhante sobre a Alta Idade Média

inglesa. Elton Oliveira Souza de Medeiros, no ano de 2006, concluía sua dissertação de mestrado intitulada: “*O Rei, o Guerreiro e o Herói: Beowulf e sua representação no mundo germânico*”, sob orientação do professor Nachman Falbel, pelo departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

Na década de 2010 surgem as duas primeiras produções no país em nível de doutorado a explorar o contexto histórico e a historiografia a respeito da Inglaterra dos séculos V ao XI. A primeira tese será de autoria, novamente, de Elton Oliveira Souza de Medeiros, no ano de 2011, com o título: “*Dominus exercituum: política, poesia heroica e narrativa bíblica durante o período alfrediano*”, mais uma vez sob orientação do professor Nachman Falbel, pelo departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). A segunda será a tese de Isabela de Albuquerque Rosado do Nascimento, em 2017, intitulada: “*As relações identitárias entre anglo-saxões e escandinavos: uma comparação do Reino de Wessex com a região da Danelaw (séculos IX-X)*”, sob a orientação do professor Álvaro Alfredo Bragança Júnior pelo programa de pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A partir desses primeiros trabalhos podemos dizer que se inicia de fato o campo de estudos vinculados à Inglaterra da Alta Idade Média no Brasil. Campo esse que, na atualidade, cresce no país e, portanto, cada vez mais se faz necessário sua inserção mais ampla dentro do cenário internacional e nos debates da área. Como é o caso da problematização da terminologia que dá nome ao campo de estudos. Aliado a esse crescimento, é preciso pensar também a consolidação do mesmo no Brasil e em como é importante dialogar os estudos produzidos por pesquisadores brasileiros e o ensino de História Medieval nas Instituições de Ensino Superior em nosso país. Tendo em vista que a maior parte da bibliografia sobre Inglaterra medieval encontra-se em língua inglesa, o acesso a produções acadêmicas brasileiras representa uma forma de aprimorar os conteúdos que envolvem o espaço insular ensinados nas universidades no Brasil. Além dessa produção em língua portuguesa nacional poder ser o primeiro contato e mais acessível a alunos em nível de graduação com esta área de pesquisa.

1) De *Anglo-Saxon England* a *Early Medieval England*: a medievalística e os debates sobre identidade e etnicidade

A reviravolta que os estudos sobre Inglaterra medieval sofreu tornou-se perceptível em vários segmentos. Enquanto o vocábulo anglo-saxônico era abolido e paulatinamente substituído por Inglaterra do alto-medievo, pesquisadoras e pesquisadores ainda processavam que se tratava, na verdade, de uma mudança de paradigma. A reação de determinados segmentos pela manutenção do termo não tardou a aparecer e a se posicionar, como uma carta encabeçada pelo professor John Hines, vinculado a Escola de História, Arqueologia e Religião da Universidade de Cardiff, e assinada por diversas referências na área, sob o título de "The responsible use of the term 'Anglo-Saxon'".<sup>4</sup>

Ao observarmos lançamentos de artigos e livros da área nos últimos meses, também percebemos que muitos estudiosos e professores vinculados a instituições de ensino superior seguiram com seu uso.<sup>5</sup> Um exemplo claro disso pode ser encontrado na Universidade de Cambridge, onde se encontra o departamento voltado a estudos da Inglaterra do período anglo-saxônico, estudos nórdicos e célticos: "Department of Anglo-Saxon, Norse and Celtic" (também conhecido pela sigla ASNAC).<sup>6</sup> Ao acessar o site do departamento é possível notar que não apenas prevalece o uso do termo "Anglo-Saxon" como também não há qualquer menção ao debate iniciado por Rambaran-Olm.

Como um paralelo ao problema do uso de terminologias que definiriam *a posteriori* identidades de populações do passado histórico, a fim de estabelecermos um contraponto, podemos pensar em dois outros exemplos de grupos aos quais foram atribuídos aspectos identitários no período Antigo e Medieval: celtas e germanos. Em ambos os casos os termos foram apropriados e utilizados séculos mais tarde à existência de suas personagens e elencados com os períodos em questão, sobretudo a partir de finais do século XVIII e do XIX. No caso dos germanos, por exemplo, diferentemente do ímpeto dos antiquários alemães dos séculos XVI – XVIII, em sua *Germania*, Tácito, principal fonte utilizada, não tem como prioridade uma descrição fiel e análise precisa sobre o modo de vida dos antigos germanos – mesmo porque ele nunca teve contato com eles ou esteve na antiga Germania. Contudo, irá se valer desses mesmos germanos como uma forma de crítica ao modo de vida romano de sua época que, aos seus olhos,

havia perdido as virtudes do passado e se deteriorado; mas virtudes essas que ainda estariam presentes entre os bárbaros.<sup>7</sup> O que temos então são construções e apropriações de termos e idealizações identitárias que não correspondem com a realidade histórica dos povos que acabam recebendo tais denominações.<sup>8</sup>

A compreensão histórica de um termo ou conceito nos auxilia no entendimento do mesmo, de forma que buscar as "raízes" do termo anglo-saxão e de suas variantes fornece ferramentas importantes para a leitura não apenas deste período da história da Inglaterra, mas também no tocante às suas apropriações. Na visão de John Niles, professor emérito das universidades da Califórnia-Berkeley e de Wisconsin-Madison, o termo não deve ser nem pejorativo nem elogioso, mas empregue em seu sentido pragmático, tal como o termo "medievalismo" para a compreensão das narrativas acerca do passado medieval (NILES, 2015, p. VIII). Obviamente que o conceito de anglo-saxão passou por diversas conotações, desde sua utilização pelos grupos germânicos da ilha até as recentes contendas envolvendo o antigo ISAS, e os usos do vocábulo devem vir acompanhados de uma leitura atenta e crítica dessas narrativas produzidas.

Lideranças americanas como Thomas Jefferson, Henry W. Longfellow e Louis F. Klipstein, por exemplo, lançaram mão do passado saxão como uma ferramenta peremptória na construção de sua independência política e cultural, como uma forma de justificar os caminhos a serem trilhados a partir da sua dissociação com o Reino Unido. Reforçava-se a ideia de que os saxões representavam um passado puro e de tendências "liberais", ao passo que os normandos estavam representados nestes discursos como violadores da ordem, cabendo agora aos americanos a restauração de suas leis saxônicas (MORA & GÓMEZ-CALDERÓN, 1998, p. 322-324). Os britânicos nessas narrativas vinham associados aos normandos (invasores e opressores), ao passo que os anglo-saxões eram identificados como uma sociedade livre e democrática - considerando todos os anacronismos que o termo configura para sociedades do período alto medieval. Por esses relatos, compreende-se melhor o porquê dessa vinculação de grupos supremacistas brancos a um passado não inglês, mas *anglo-saxônico*. Isso pode ser atestado, inclusive, no uso do termo anglo-saxão apresenta uma conotação específica nos EUA, vinculada ao acrônimo WASP, que em inglês significa "Branco, Anglo-Saxão e Protestante" (White, Anglo-Saxon and Protestant).

A historiografia do século XIX, de cunho racista e com o objetivo de firmar identidades com propósitos políticos, construiu narrativas sobre grupos étnicos, seus respectivos territórios e a inserção de suas culturas. Apesar de o conceito já ter caído em desuso nas ciências humanas e ser considerado como ultrapassado, sua ideia enquanto uma identidade essencialista ainda se encontra presente em diversas narrativas. Para alguns, o vocábulo de etnicidade passou a ser adotado como um conceito equivalente à raça.

Outra disciplina que também se afirma enquanto ciência nesse mesmo período foi a arqueologia. Com o objetivo de dar conta de uma maior quantidade de materiais disponíveis para análise, cadeiras em museus e universidades foram criadas, muito embora apenas no século XIX foi que a arqueologia começou a ganhar espaço nos centros de estudos e nas universidades. No contexto europeu, merece destaque as escolas arqueológicas alemãs, as quais permaneceram numa posição de destaque dentro do continente até a véspera da II Guerra Mundial, e onde muitos arqueólogos realizaram pelo menos parte da sua formação (TRIGGER, 2004, p. 195).

A arqueologia histórico-culturalista de Kustaf Kossina (1858-1931) talvez seja um dos maiores exemplos deste modelo de aliança da academia com o Estado Nacional do século XIX. A partir da noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formou-se o conceito de cultura arqueológica. Na visão de Kossina, seria por meio da identificação de objetos da cultura material em regiões mais abrangentes que seria possível identificar povos de grupos étnicos maiores, tais como germânicos, eslavos, celtas e em áreas mais específicas encontrar-se-iam possivelmente traços de grupos étnicos menores, que corresponderiam a suas comunidades (JONES, 2003, p. 16). Para o paradigma essencialista, era possível identificar grupos étnicos a partir de elementos culturais, os quais demarcam a existência de um grupo. Como exemplo desse método, Kossina “identifica um artefato com uma “cultura”, uma distribuição de artefatos com uma região cultural, esta com um grupo de assentamentos e sua população como um grupo étnico” (FERNÁNDEZ-GÖTZ, 2009).

A corrente histórico-culturalista de Kossina tinha como um de seus maiores objetivos identificar grupos étnicos no espaço e no tempo, a partir da associação direta

entre etnia, cultura, cultura material e sua distribuição espacial (VALERA, 2008, p. 4), justificando a organização dos povos - e conseqüentemente a formação de suas identidades - enquanto parte de um coletivo. Uma das funções da arqueologia, portanto, era de restabelecer o direito histórico ao território, baseados na premissa de que os vestígios materiais serviam de material básico para manifestações culturais locais e, conseqüentemente, para sua identificação enquanto grupos étnicos.

Objeto de estudo também da Antropologia, o famoso artigo de Fredrik Barth *Grupos Étnicos e suas Fronteiras* talvez seja um dos avanços mais promissores no campo, ainda nos 60. A partir dos anos oitenta, novos olhares foram lançados aos estudos das identidades, reforçando a crítica ao seu viés essencialista e biológico - que já havia sido feito na teoria barthiana - mas incluindo também o forte caráter historicizante de que, cada experiência era singular para os agentes históricos e, como tal, como a experiência da etnicidade era encarada configurava como parte importante do processo. Logo, reforçamos que as identidades étnicas não são essencialistas ou naturais e devem ser analisadas à luz de suas dinâmicas históricas. Identificar a si mesmo e aos seus é inerente aos seres humanos, tal como beber, comer, sentir-se seguro, haja vista que é indispensável ao grupo reconhecerem a si mesmos enquanto membros de uma comunidade e a seus semelhantes. Entretanto, esse processo de identificação enquanto um objeto de pesquisa precisa ser contextualizado e historicizado, a fim de que compreendamos como os sujeitos estabelecem sentido às experiências que vivem, tanto individuais quanto coletivas (CASTELLS, 1996, p. 22). Isto posto, só faz sentido abordar a etnicidade se o fazemos vinculado ao contexto histórico específico ao qual se relaciona. O termo anglo-saxão, por exemplo, é dotado de diversas conotações quando nos debruçamos sobre as fontes dos séculos IX-XI, sobre as do século XVIII e sobre as narrativas do século XXI.

Ao contrário do senso comum e como muitas vezes é divulgado na mídia, a identidade étnica não está associada a um passado tribal, anterior à formação dos Estados (BARTH, 1998, p. 214). Esse discurso associando grupos étnicos a fatores biológicos e simbólicos nada mais é do que uma maneira "sentimento coletivo de pertencer a um grupo cultural próprio", buscando legitimá-lo (SOUSA, 1999, p. 109).

Patrick Geary, ao discutir a utilização de vocábulos relativos aos grupos étnicos e suas identidades no período da tardo antiguidade, afirma que esses agrupamentos não



representavam necessariamente unidades sociais ou culturais, mas territoriais e organizações geopolíticas. Ao abordar termos como *Francia* e *Gallial*, por exemplo, afirma ainda que ambos eram usados indistintamente e que o *regnum Francorum* não correspondia exatamente à região da Francia. Com tal assertiva, desconstrói-se toda uma tradição que vincula regiões da Europa aos seus respectivos grupos étnicos (GEARY, 2005, p. 117).

Somando-se à análise de Geary, outros nomes como Walter Pohl, por exemplo, destaca que esses grupos étnicos não estavam constituídos a partir de dados sanguíneos ou biológicos, mas a partir de categorias culturais, resultado do processo histórico e, como tal, podem ser manipulados e sofrer transformações em sua composição, podendo, até mesmo, deixar de existir (POHL, 1999, p. 3).

## 2) A voz das fontes: as evidências dentro do debate

Fatos, eventos e estruturas históricas não devem ser naturalizadas. Entretanto, defendemos em nosso artigo, também, que a função de uma análise não deva primar pelo apagamento ou silenciamento de vestígios de um determinado tempo. Os usos - muitas das vezes, impróprios - do passado estão cada vez mais presentes nos discursos políticos, nas mídias, nas literaturas, agarrando-se ao senso comum de que o presente nada mais seria do que uma forma de expressão do passado e que transformá-lo seria algo danoso e antinatural.

Desde Beda, passando pela Crônica até os charters, podemos identificar em tais narrativas elementos de organizações discursivas que traçam uma linha de (re)construção do passado insular, no qual a vinculação aos grupos migratórios que passaram a ocupar a ilha a partir do século V está mais que evidente. Para tanto, utilizaremos os pressupostos metodológicos da Análise do Discurso Crítica (ADC), tendo em vista que a mesma não tem objetivo apenas descrever e explicar as distintas formas de linguagem dentro de um texto, mas elencar os elementos que estão imbricados, desvelando ideologias e interesses que restringem uma (suposta) liberdade subjetiva do enunciador (MARTÍNEZ, 2012, p.129).

Dentre esses elementos nos quais ela se embasa - a partir da ideologia como um elemento teórico central - devem ser levados em conta

(...) o estabelecimento e a conservação de relações desiguais de poder, mas que se constroem e transmitem significados por meio de formas simbólicas. (A ideologia) tem existência material nas práticas discursivas de sujeitos e instituições e pode ser reestruturada ou transformada, pois faz parte de relações de poder que podem ser desequilibradas, dependendo do desenvolvimento das disputas e forças sociais existentes. (MARTÍNEZ, 2012, p. 124).

Desta forma, a ideologia constitui-se ao mesmo tempo enquanto estrutura e estruturante, a partir das relações de poder junto ao desenrolar do processo histórico, sendo impossível, portanto, estabelecer um modelo prévio de como a mesma se comporta fora dessas dinâmicas sociais. A partir da relação dialética entre a estrutura (que nada mais é que ordens do discurso em si) juntamente com 3 outros elementos: 1) fatos de eventos passados, 2) as condições para os eventos atuais e 3) os próprios eventos que reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras (Fairclough, 2001a, p.119, *apud* MARTÍNEZ, 2012, p. 124).

Uma das mais importantes e antigas obras em prosa escrita da Inglaterra anglo-saxônica que se tem conhecimento (e que atrai a atenção de muitos estudiosos, da mesma forma que *Beowulf* no campo poético), e através da qual temos uma visão geral da construção de uma cultura literária e de um ideal de identidade na Inglaterra trata-se da *Historia Ecclesiastica Gentes Anglorum*, de Beda o Venerável. Pode-se considerar que a obra de Beda esteja entre as principais e mais eloquentes obras de todo o período medieval da Europa, revelando-nos indícios de qual era o panorama político do território inglês entre os séculos VII e início do VIII. Em sua obra, Beda nos conta como por volta do ano 600 a Inglaterra estava dividida em diversos reinos de variados tamanhos e de como ao longo do tempo muitos foram sendo literalmente “engolidos” por seus vizinhos, dando origem aos principais reinos anglo-saxônicos que irão emergir em c. 700. Um exemplo deste processo pode ser visto através da história do rei Cædwalla de Wessex, que havia conseguido expandir seu poder por todo o sul da Inglaterra (com exceção da Cornualha) nos anos de 680. Segundo a obra de Beda, Cædwalla pretendia exterminar todos os nativos da ilha, como se pode ver quando de sua conquista da ilha de Wight e sua atitude para com seus dois príncipes sobreviventes. Cædwalla invadiu e massacrou os habitantes da ilha de Wight e instalou novos habitantes no local. Contudo, os dois príncipes (irmãos de Arwald, antigo rei da ilha) ainda estavam vivos e escondidos. Cædwalla então ordenou que estes fossem mortos.

Ao saber de tal ordem, um padre de nome Cynibert foi até a presença do rei e implorou que se fosse necessária a morte dos príncipes que ele tivesse a permissão de primeiro instruí-los na fé cristã. Cædwalla concedeu ao padre tal pedido e Cynibert foi até os jovens príncipes. Ele lhes levou a palavra do Senhor e depois os batizou, para assim garantir-lhes entrada no Reino de Deus. Em seguida chegou o executor que os decapitou sem que oferecessem resistência. Desta forma, a última região da Inglaterra teria sido cristianizada e submetida ao reino de Wessex (BEDA, IV:16). A partir dos relatos de Beda acerca da formação dos reinos anglo-saxônicos, é comum a interpretação da existência de uma possível unidade política. No início do quinto capítulo do segundo livro de sua obra, Beda fala sobre a morte do rei Æthelbert de Kent, no ano de 616. Ele diz que o rei governou por cinquenta e seis anos até sua morte e:

que foi de fato o terceiro rei do povo inglês, e teve domínio sobre todas as suas províncias que são separadas do norte pelas águas do Humber e as fronteiras adjacentes” (BEDA, II:5).<sup>9</sup>

Beda, ao se referir aos reinos anglo-saxônicos e à população, é comum utilizar o termo *Anglorum* de forma generalizada. É claro que este se refere mais diretamente aos anglos, dos territórios ao norte da ilha da Bretanha. Contudo, Beda utiliza o termo indistintamente para anglos, jutos e saxões; apesar de também utilizar por vezes o termo *Saxonum*. A ideia de um povo (*gens*) “inglês” (*Anglorum*) unido a que ele se refere não seria no campo político, mas religioso (“Historia Ecclesiastica...”).

É muito provável que esta idealização por uma Inglaterra unida na fé cristã, como Beda apregoava, tenha influenciado o rei Alfred de Wessex ao conceber o plano de uma única igreja e um único reino entre os anglo-saxões. Esta ideia de um povo religiosamente unido na Inglaterra surgirá mais tarde através de outros (como Bonifácio, em sua missão junto aos saxões continentais, e Alcuíno<sup>10</sup>); a ideia de uma “Igreja da Inglaterra” irá lançar as bases ideológicas deste “destino” dos anglo-saxões tanto no campo eclesiástico quanto secular (WORMALD, 1994: p.1 - 22).

Sendo assim, Alfred estava decidido a restaurar seu reino àquilo que acreditava que uma vez existiu no passado. Um reino de devoção, sabedoria e governado por reis devotos a Deus que mantivessem a paz, a moralidade e a autoridade dentro de seu reino. Desta forma, ele inicia um resgate literário, cultural, religioso e político, como forma de

restabelecer seu ideal de um reino unido perante Deus. Portanto, não é nenhuma surpresa constatar que entre as obras produzidas durante o período das reformas do rei Alfred se encontre uma versão em inglês antigo da obra de Beda, citada anteriormente.

Referente à tradução da obra de Beda o Venerável, a *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, para o inglês antigo é interessante quando analisada dentro do contexto do período alfrediano. Ælfric de Eynsham e William de Malmesbury dizem que a obra teria sido traduzida pelo próprio rei Alfred, mas isto é pouco provável. Entretanto, ela teria sido sim feita por um tradutor de Wessex, e seguindo o modelo alfrediano; não traduzir a obra completa e fiel ao original, mas sim aquilo que seria de interesse para a população, ou melhor, para o reino anglo-saxão da época, segundo as características das reformas de Alfred: o passado glorioso dos anglo-saxões (FULK & CAIN, 2005: 64).

Em outra obra do mesmo período encontramos essa mesma ideia de unidade atrelada aos anglos e saxões. Trata-se da *Vita Alfredi*, de Asser. Logo na introdução de sua obra, Asser nos traz uma imagem muito significativa do rei Alfred e que demonstra essa ideia de uma Inglaterra unida. Ele diz: “[...] *Alfred, governante de todos os cristãos da ilha da Bretanha, rei dos anglos e saxões* [...]” (KEYNES & LAPIDGE, 1983: p. 67).

Através disso, Asser confirma na verdade a autoridade de Alfred sobre todas as regiões livres da ocupação escandinava e pagã, e também diferencia a figura do rei em relação aos seus antecessores. O “povo” do qual Alfred se originou, os saxões do oeste, era um grupo que possuía uma origem, costumes e uma descendência em comum. O mesmo não ocorria com os anglo-saxões em geral. De fato, tal expressão (“anglo-saxões”) teria surgido no continente, como forma de diferenciá-los dos saxões que ainda habitavam as regiões do norte dos territórios germânicos da atual Alemanha (ABELS, 1998, 24), da mesma forma que os anglo-saxões se referiam aos saxões do continente como os “velhos saxões”. Desta forma, era comum os reis de Wessex serem chamados apenas de “reis dos saxões do oeste” ou simplesmente “reis dos saxões”.<sup>11</sup> Alfred é o primeiro governante na Inglaterra a ser chamado “rei dos anglo-saxões” (KEYNES & LAPIDGE, 1983: p. 67).

Ao se colocar como o soberano tanto de anglos quanto de saxões, Alfred estava plantando os alicerces de um novo reino, que buscava unidade política, religiosa, linguística e cultural. Assim ele criava um “povo inglês”, aos moldes do que Beda já falava no século VIII. Podemos ver isso refletido nos escritos de Alfred na utilização de

palavras como *Angeland* ou *Englaland* (“Inglaterra”), *Angelkynn* (povo inglês) e *Englisc* (o idioma inglês) (ABELS, 1998, 185).

Um dos outros documentos mais importantes do período é um conjunto de anais de diferentes partes da atual Inglaterra, que os pesquisadores comumente denominaram de *Crônica Anglo-Saxônica*.<sup>12</sup> A composição da *Crônica Anglo-Saxônica* não é um simples relato informativo, mas seu texto um reflexo dos objetivos políticos dos governantes anglo-saxônicos do período (Konshuh, 2014; Abels, 2003: 269), especialmente dos soberanos do reino de Wessex, a partir do governo de rei Alfred. Em uma análise mais apurada sobre a linguagem e as fórmulas narrativas para a construção textual usadas na *Crônica Anglo-Saxônica*, é possível notar que a utilização de tais elementos demonstra que cada conjunto de anais foi composto sob circunstâncias específicas, e que as narrativas refletem os objetivos do governante corrente na época, legitimando o soberano e justificando suas práticas políticas, e encorajando seus súditos a se submeterem a essas práticas. O que requer certo cuidado em sua análise por conta de seu caráter propagandístico. Os pressupostos teórico-metodológicos da ADC são funcionais para nossa análise, pois considera as dinâmicas sociais como engrenagem primordiais desses discursos.

Podemos explorar uma série de exemplos presentes na *Crônica Anglo-Saxônica* quanto a marcações identitárias. Nas fontes, há referências frequentes aos grupos da ilha como saxões do oeste, anglos e jutos, como na entrada do ano de 449 do MS A, por exemplo, onde o escriba afirma serem os habitantes que chegaram à ilha oriundos da Germânia e dos saxões antigos, dos anglos e dos jutos (*of Ealdseaxum, of Anglum, of Iotum*), bem como as regiões em que cada um desses assentou-se.

As menções a grupos anglos e saxões ou anglo-saxões ainda será um constructo utilizado posteriormente em outras referências na *Crônica*. No ano de 514, os saxões do oeste (*Westseaxe*) chegaram à ilha e lutaram contra os bretões ou no MS E, quando da ascensão de Ceolwulf enquanto rei e as batalhas travadas contra os anglos (*Angelcynn*) - para citar apenas alguns exemplos.

Quando se trata da formação de um projeto político de Inglaterra no período anglo-saxônico, Alfred é certamente a figura a qual se remete. Destacado normalmente pelas suas campanhas militares contra grupos de invasores vikings, pelo início da compilação e escrita da *Crônica Anglo-Saxônica* e pelo investimento em produções

escritas em inglês antigo, por exemplo, as apropriações por detrás de suas figuras são muitas, marcadas desde meados do século XVI até a contemporaneidade. Todavia, Alfred enquanto rei de Wessex investiu em sua chancela enquanto monarca, e fez uso dos títulos de rei dos anglo-saxões, rei dos ingleses, rei dos saxões e rei dos anglos e dos saxões. De acordo com a tabela abaixo, dos 14 charters atribuídos a Alfred, seis designam-no como governante de povos anglos e saxões e suas variações.

| <i>Charter (Ano)</i>                           | <i>Identificação</i>                       |
|--|--|
| 343 <sup>a</sup> (872), 353 (S/D)              | <i>Rex Anglorum</i>                        |
| 356 (S/D), 354 (S/D), 355 (892-899), 356 (S/D) | <i>Rex Angulsaxomum/ Anglo Saxonum</i>     |
| 342 <sup>a</sup> (S/D)                         | <i>Rex et primicharius totius Albionis</i> |
| 344 (873)                                      | <i>Rex occidentalium Saxonum</i>           |
| 345 (882), 348(892), 349 (895), 350 (898)      | <i>Rex Saxonum</i>                         |
| 346 (889)                                      | <i>Rex Anglorum et Saxonum</i>             |
| 347 (891)                                      | <i>Rex Anglorum Saxonum</i>                |

Tabela 1: *Charters* produzidos no período alfrediano (871-899).

ALBUQUERQUE, 2017, p. 162.

Ao nos debruçarmos para a análise das fontes documentais, deparamo-nos com alguns vocábulos que merecem destaque. Neste primeiro, o charter S 356 atribuído ao rei Alfred (871-899) sobre uma doação de terras, o equivalente a 4 hides, que pertenciam à comunidade de Malmesbury, ao seu ministro Dudig, podemos observar que ao monarca aparece associado o título de "rei dos anglo-saxões".

Em nome do Senhor, eu, Alfred, pela graça de Deus, **rei dos anglo-saxões**, juntamente com o aval da venerável comunidade da igreja de Malmesbury, dou sob forma de concessão ao meu fiel ministro de nome Dudig algumas terras, de 4 hides, que pertencem à mesma igreja num local chamado Chelworth. Após a vida dos três herdeiros, a terra acima citada deve retornar à sua servidão original à igreja de São Salvador, em Malmesbury, sem qualquer objeção. A terra acima citada está livre de todas as obrigações seculares, exceto para serviço militar e construção de pontes e fortes. A confecção deste charter foi executada com o acordo de tais testemunhas, cujos nomes estão registrados abaixo, no local chamado Maelduberi, em nossa língua, Mældumesburg+ eu, Alfred, rei . + Wulfric, bispo. + Æthelhelm, ealdorman +

Æthelnoth, ealdorman + Æthelwald, ealdorman. + Edward, filho do rei. + Beorhtnoth. + Ælfhere. + Deormod. + Beorhthelm. + Ceolwulf. + Wulfric. + Wærwulf. + Ecgwulf.  
<sup>13</sup>(grifo nosso)

O trecho anterior deixa explícita a autoridade de Alfred sobre os referidos povos na concessão de terras à comunidade de Malmesbury. A utilização do termo *dos anglo-saxões* reforça quem eram os povos sob seu domínio e se tornou particularmente importante para Wessex após subjugar o reino da Mércia, derrotada na Batalha de Elendun (825) por Egberth (802-839), avô de Alfred. Com um histórico como reinos inimigos, em função de disputas territoriais, a Mercia deixou de exercer sua influência sobre Kent, Sussex, Surrey e Essex - que sucumbiram também ao poder de Wessex (KEYNES, 1998, p. 3). A derrota da Mercia, de origem angla, assinalou uma nova fase ao sul do Humber, na qual a casa de Wessex despontou enquanto nova protagonista na região. Com essa virada política na região, os governantes saxões do oeste passaram a escolher os reis da Mercia e estes eram obrigados a reconhecer a supremacia e a autoridade daqueles ao sul do Humber. Apesar de reinos separados, em finais do século IX ainda no período de Alfred, por exemplo, os charters emitidos por Æthelred, Ældorman da Mercia, necessitavam do consenso do rei.

O filho de Alfred, Edward (899-924) deu continuidade ao projeto político, militar e expansionista de seu pai, principalmente pelas áreas das regiões marcadas por assentamentos escandinavos e invasões vikings. Tal como no reinado de seu antecessor, a chancela de Edward também se fez valer dos povos que estavam supostamente sob seu domínio.

Em nome do Senhor. Eu, Edward, pela graça de Deus, **rei dos anglo-saxões**, a pedido da venerável comunidade da igreja de Malmesbury, doo uma pequena porção de minha terra, que é de 5 hides, para a comunidade acima mencionada, no local chamado de Hankerton, em troca de um outro território de mesma extensão [no local] que os rústicos chamam Farmborough, como uma herança eterna. As terras acima mencionadas estão livres de todas as obrigações seculares. Eu fiz essa troca a pedido dos irmãos para sua conveniência, porque a terra que doei para os irmãos acima citados dista apenas vinte milhas de seu monastério. Se algum rei ou príncipe, no entanto, audaciosamente presumir destruir essa liberdade (o que nós não queremos), que ele possa ser amaldiçoado no Dia do Juízo Final, a não ser que ele faça uma vantajosa compensação, porque se presume ter agido perversamente.

Este charter foi escrito no ano de 901 da encarnação do Senhor, indicação 7. + Edward, rei + Ealhswith, mãe do rei + Ælfflæd, esposa do rei+ Ocea, ministro + Uffa, ministro+ Beorhthelm, ministro + Ælfheah, ministro + Æthelweard, ministro.<sup>14</sup>(grifo nosso)

A sucessão do trono de Edward será feita por seu filho Athelstan, neto de Alfred o Grande. E da mesma forma que o pai e o avô, na documentação vinculada a sua figura política teremos a mesma construção. Em um dos éditos do rei Athelstan de cerca de 924 – 933, vinculado ao monastério de New Minster, na cidade de Winchester, o rei é apresentado como: “*Æðelstani Angelsaxonum Denorumque gloriosissimi regi*” (“Athelstan, o mais glorioso rei dos Anglo-Saxões e Daneses”).<sup>15</sup>A presença de tais terminologias vinculadas aos reis de Wessex pode ser entendida dentro de um contexto vinculado à ideia de uma identidade local ou nacional inglesa que estava se consolidando desde finais do século IX através das iniciativas do rei Alfred e de seus sucessores, como seu filho rei Edward e seu neto Athelstan. Ideia que remonta à obra de Beda o Venerável e sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* (“História Eclesiástica do Povo Inglês”), que propunha a existência de um povo inglês espiritualmente unido na fé cristã, e nos tempos de Alfred o Grande e seus sucessores se manifesta no campo político com a ideia de um povo unificado frente às negociações com o líder viking Guthrum, por exemplo, a partir do conselho e do consentimento de “todos os conselheiros do povo inglês” (“*ealles Angelcynnes witan*”) (ABELS, 1998, p. 185).<sup>16</sup>

### 3) Considerações finais: as tensões do presente e o medievo inglês

No ano de 2020, em meio às tensões sociais e políticas no Reino Unido, como o fenômeno do Brexit, a banda britânica, com base em Londres, *Asian Dub Foundation*,<sup>17</sup>cujos membros são de ascendência africana e do sul asiático, lança seu álbum “Access Denied”. Entre músicas com títulos como “Can’t Pay Won’t Pay” e “Stealing the Future” temos a faixa “Comin’ Over Here”. A letra da música faz uma crítica muito clara ao preconceito e ao racismo por parte de extremistas britânicos (especificamente ingleses) contra imigrantes. A mesma ressalta, ainda, do ponto de vista dos extremistas, a ojeriza de ter imigrantes chegando à Inglaterra ao longo dos anos e, mesmo sendo vistos como indivíduos alienígenas à sociedade e cultura local, eles acabam influenciando a constituição dessa mesma sociedade que acaba por absorver



elementos culturais dos imigrantes. Ao longo da letra da música são elencados a presença de imigrantes de origem polonesa, búlgara, paquistanesa, indiana e, por fim, de anglos-saxões; estes últimos são acusados na letra da música (com passagens citadas em inglês antigo), por terem vindo do Continente (como os poloneses e búlgaros), não falarem apropriadamente o inglês (atual) e trazerem consigo sua técnica de produção de jóias, tradições funerárias, sua maldita poesia épica e por terem lançado as bases do idioma e da cultura inglesa:

“If you come over here Anglo Saxons  
Learn to speak the fucking language  
And I do appreciate that I will now look  
Like the worst kind of BBC liberal apologist idiot  
If you're all sitting at home watching this dubbed into Bulgarian  
Here they are coming over here  
We've seen it all before haven't we? We've seen er  
Ten years ago with the er, the Poles  
People going ah bloody Poles, comin' over here, the bloody Poles  
Coming over here being all Polish and mending everything  
Coming over here fixing all the stuff we've broken, and  
Are too illiterate to read the instructions for  
Doing it better than us in a second language  
Bloody Poles comin' over here  
Bloody Poles  
Coming over here  
Bloody Poles  
Coming over here  
When I was a kid 40, 45 years ago it was the Indians weren't it?  
Bloody Indians  
Coming over here  
Pakistanis and Indians  
Coming over here  
Inventing us a national cuisine  
And before them in the 5th century it was the Anglo-Saxons weren't it?  
**BLOODY ANGLO-SAXONS!**  
Coming over here

From Northern Continental Europe, the Anglo-Saxons  
With their inlaid jewellery  
And their ship burial traditions, and their miserable epic poetry  
Lif is laene  
Wyrð bið ful aræd!  
Swa (cwæð) eardstapa  
Earfeþa gemyndig  
Wraþra wælsleahta  
Winemæga hryre<sup>1</sup>  
If you come over here Anglo-Saxons learn to speak the fucking language  
Bloody Anglo-Saxons  
Coming over here  
And laying down the basis of our entire future language and culture  
Coming over here  
Coming over here  
Coming over here  
Coming over here  
Wyrð bið ful aræd!  
Swa (cwæð) eardstapa  
Earfeþa gemyndig  
Wraþra wælsleahta  
Winemæga hryre  
If you come over here Anglo-Saxons learn to speak the fucking language”

(“Comin’Over Here”, Asian Dub Foundation feat. Stewart Lee)

Da mesma forma como na letra da música da *Asian Dub Foundation*, com seus extremistas ficcionais criticando e cobrando o passado e os anglos-saxões por um comportamento mais de acordo com posicionamentos políticos baseados em uma visão de nossa contemporaneidade, talvez algo semelhante esteja ocorrendo agora no âmbito acadêmico.

---

<sup>1</sup> “Lif is laene / Wyrð bið ful aræd! / Swa (cwæð) eardstapa / Earfeþa gemyndig / Wraþra wælsleahta / Winemæga hryre” [“A vida é passageira / O Destino se dá como deve! / Assim falou o andarilho / com a mente cheia de pesares / de terríveis matanças, da queda de parentes queridos”]; versos baseados no poema em inglês antigo *O Andarilho*, vv. 5b - 7.

Problemáticas antigas, porém antes silenciadas, passaram a ganhar mais espaço dentro da academia e enquanto pesquisadores, mas acima de tudo como seres humanos, repudiamos quaisquer dessas narrativas, atitudes e práticas de cunho racistas. A contenda acerca do termo tomou uma proporção expressiva e trouxe para o debate problemas dentro das instituições acadêmicas, tais como misoginia, racismos e outras formas de discriminação e segregação. Consideramos legítimas as bandeiras levantadas por aqueles e aquelas vítimas de tais movimentos, defendemos que o debate deva ser transparente e acreditamos ser este o caminho de uma sociedade - se ao menos não ainda igualitária - menos desigual e consciente de que partimos de locais de fala distintos, os quais devem ser respeitados.

Procuramos em nosso artigo discutir o emprego do termo anglo-saxão e suas variações a partir das evidências nas fontes escritas e pudemos constatar que elas apontam para um número expressivo de terminologias que expressam as identidades dos povos dominantes da ilha como anglos, saxões e anglo-saxões. Tanto em fontes legislativas como os charters, quanto nas narrativas apresentadas por nós, os sujeitos históricos e seus interlocutores designam a si próprios como pertencentes a estes supostos grupos e entendemos que negar essas evidências presentes nas fontes não significa necessariamente combater os racismos.

Sabemos que é impossível traçarmos as identidades de todos os povos que habitavam o que hoje é a Inglaterra e que essa documentação dá voz a um grupo pertencente a aristocracias laicas e religiosas, as quais produziram discursos de identidades sociais e sociopolíticas da ilha, mas que de maneira alguma correspondem aos agentes históricos em sua totalidade. Podemos alegar que se tratam de construções ou idealizações identitárias elaboradas e reforçadas por parte de uma elite que em certo momento detinha um poder hegemônico sobre o território da Inglaterra e regiões vizinhas (como por exemplo da Casa de Wessex e suas relações com líderes galeses). Contudo, negar sua existência, ignorar a evidência das fontes e negligenciar sua devida análise e contextualização é não apenas um equívoco como um ato avesso ao trabalho do historiador e anti-científico. É, de fato, uma tentativa de apagamento do conhecimento histórico em prol de uma agenda de nosso tempo presente. Para o historiador Marc Bloch, o trabalho do historiador seria motivado pelas inquietações do presente que o levaria a buscar pelo passado, compreendê-lo e tentar encontrar ou

elucidar os problemas da atualidade do pesquisador (BLOCH, *Apologia da História*). Entretanto, não podemos exigir desse mesmo passado posturas e soluções de cunho social e político tendo por base demandas de nossa época. E quando as evidências históricas se demonstram contrárias às nossas convicções devemos então obliterá-las? De forma alguma. Por exemplo, ao pensarmos no período de domínio e imperialismo romano no Mediterrâneo da Antiguidade temos consciência da pluralidade de sociedades e culturas que ali se encontravam. Mesmo assim, para fins didáticos/pedagógicos nos referimos ao período tendo como referencial Roma, por sua hegemonia e influência no período. Entretanto, exigirmos que estes mesmos romanos fossem mais tolerantes e igualitários para com gauleses, espanhóis, egípcios e demais povos seria minimamente anacrônico. Da mesma maneira que é anacrônica a ideia de cobrarmos que Beda o Venerável fosse mais igualitário em seu tratamento aos vários povos de sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* (*História Eclesiástica do Povo Inglês*) ou pior: ignorar a existência da obra de Beda e afirmar que nunca teria ocorrido a idealização de um “povo inglês” no século VIII na Inglaterra.

A evidência histórica é clara, os termos e os ideais identitários estão presentes nelas e negar sua existência é renegar o ofício do historiador. Devemos problematizar os termos, as fontes, compreender seus usos dentro do período e em tempos posteriores - as apropriações e abusos -, mas não podemos ignorá-los e tomarmos o papel daquele que tortura as evidências de modo a que elas agradem os olhos e aos paladares das bandeiras políticas e ideológicas da contemporaneidade.

Dessa forma, defendemos que a utilização do termo "Inglaterra anglo-saxônica" pode permanecer, desde que problematizados os limites do conceito e seus usos políticos à luz de pautas contemporâneas. Inclusive, para fins didáticos e pedagógicos nas instituições de ensino superior brasileiras, facilita e é muito mais preciso frente a outras denominações como "Inglaterra do alto medievo", "Inglaterra pré-(conquista) Normanda" e correlatas. O contexto insular que se estende entre os séculos V até meados do XI é específico e sua vinculação no tempo às dinâmicas de uma historiografia e periodização francesas tradicionais na verdade acaba por dificultar a análise e as visões sobre o período em si.

## Referências

### Fontes

- BEDE. **The Ecclesiastical History of the English People, The Greater Chronicle and Bede's Letter to Egbert**. Edit. MCCLURE, Judith and COLLINS, Roger. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- KEYNES, Simon & LAPIDGE, Michael (trad. e org.) **Alfred the Great: Asser's life of King Alfred and other contemporary sources**, Londres: Penguin, 1983.
- ROBERTSON, A.J. **Anglo-Saxon Charters**. Cambridge: Cambridge University Press, 1956.
- SWANTON, M.J. **An Anglo-Saxon Chronicle**. Exeter: Exeter University Press, 2006. , **The Anglo-Saxon Chronicle**. Versão em inglês antigo. Disponível em <http://asc.jebbo.co.uk/a/a-L.html>
- Anglo-Saxon Charters**. Disponíveis em [www.esawyer.org.uk](http://www.esawyer.org.uk)

### Bibliografia

- ABELS, Richard. **Alfred the Great – war, kingship and culture in Anglo-Saxon England**. Londres: Longman, 1998.
- ABELS, Richard. Alfred the Great, *micel hæðen here* and the viking threat” in: Reuter Timothy. **Alfred the Great: Papers from the Eleventh-Centenary Conferences**. Aldershot: Ashgate, 2003.
- ALBUQUERQUE, Isabela. **As relações identitárias entre anglo-saxões e escandinavos**: uma comparação do Reino de Wessex com a região da Danelaw (séculos IX-X). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Tese. 2017.
- FERNÁNDEZ-GÖTZ, Manuel Alberto. Gustaf Kossina: análisis crítico de una figura paradigmática de La arqueología europea. **Arqueoweb**. Revista sobre Arqueología en Internet. 11, 2009 - <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/11/gotz.pdf>. Acessado em 13 de junho de 2015.

- FULK, R. D. & CAIN, Christopher M. **A History of Old English Literature**, Oxford: Blackwell, 2005.
- GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. Cambuci: Conrad Livros, 2005.
- GODDEN, Malcolm & LAPIDGE, Michael. **The Cambridge companion to Old English Literature**, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- KEYNES, Simon. King Alfred and the Mercians. In: BLACKBURN, Mark and DUMVILLE, David N. **Kings, Currency and Alliances: History of Coinage of Southern England**. Woodbridge: The Boydell Press, 1998. p. 1-45.
- MARTÍNEZ, LFP. A questão do poder e da ideologia na análise de discurso crítica (ADC). In: **Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012, pp. 121-130.
- MELLO, Erick Carvalho de. **A antiga chama do celtismo volta a aquecer o Velho Mundo?: Invenção de Memória e produção identitária nos festivais intercélticos europeus**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Tese. 2018.
- MORA, María José & GÓMEZ-CALDERÓN, María José. The Study of Old English in America (1776-1850): National Uses of the Saxon Past. **The Journal of English and Germanic Philology**, 97 (3), 1998, p.322-336.
- JONES, Siân. **The Archeology of Ethnicity**. London and New York: Routledge, 2003.
- Konshuh, Courtney (2014). **Warfare and Authority in the Anglo-Saxon Chronicle, c. 891 – 924**. Winchester: Universidade de Winchester (tese de doutorado).
- NILES, John D. **The idea of Anglo-Saxon England 1066–1901: remembering, forgetting, deciphering, and renewing the past**. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd, 2015.
- POHL, Walter. Conceptions of Ethnicity in Early Medieval Studies. In: LITTLE, Lester K. and ROSENWEIN, Barbara. **Debating in the Middle Ages**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998. (p.13-24).
- POHL, Walter. Introduction. In: **Strategies of distinction: The construction of ethnic communities**. Leiden: Brill, 1998.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

- Reuter, Timothy. **Alfred the Great: Papers from the Eleventh-Century Conferences**. Aldershot: Ashgate, 2003.
- SOUSA, Ivo C. Etnicidade e nacionalismo: uma proposta de quadro teórico. In: **Africana Studia**, n° 1, 1999.
- TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. Odysseus, 2004.
- WILLIAMS, Ann. **Kingship and Government in pre-Conquest England (500-1066)**. London: Macmillan Press LTD., 1999.
- WORMALD, Patrick. Anglo Saxon Society and its Literature. In: GODDEN, Malcolm & LAPIDGE, Michael. **The Cambridge companion to Old English Literature**, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

## Notas

---

<sup>1</sup>Matéria do jornal *The Washington Post* <https://www.washingtonpost.com/education/2019/09/19/its-all-white-people-allegations-white-supremacy-are-tearing-apart-prestigious-medieval-studies-group/>. Acesso em 11 de novembro de 2020.

<sup>2</sup>A divisão da história da Inglaterra costuma ser dividida em dois principais eixos, utilizando como baliza o ano de 1066, momento no qual Guilherme da Normandia (1066-1087), conhecido pelos epítetos também de “Bastardo” ou “Conquistador”, derrotou seus principais adversários e garantiu para si o controle da Inglaterra como rei. A periodização da ilha, portanto, não segue a mesma lógica que a divisão tradicional da disciplina de História Medieval, por exemplo, marcada pelo seu viés francófono e a partir de eventos vinculados ao continente.

<sup>3</sup>A causa para a mudança a partir da década em questão podem ser creditadas em parte à rápida evolução dos meios de comunicação ao longo do final do século XX, permitindo contato a um nível mundial entre pesquisadores, sistemas eletrônicos de busca mais ágeis, a facilidade e rapidez no acesso a transcrições de documentos, a versões digitalizadas dos mesmos e referências bibliográficas diversificadas e atualizadas, entre outros fatores. Aliado a isso, obviamente, o interesse pessoal dos indivíduos ao ter contato com fontes que, anteriormente, muitas vezes lhes eram desconhecidas. Tudo isso teria levado a novas linhas de pesquisas voltadas a novas regiões geográficas e momentos do período medieval.

<sup>4</sup>Até o momento da escrita deste artigo, o manifesto contava com 70 assinaturas dentre pesquisadores/as e professores/as de instituições europeias, americanas e do Oriente.

<sup>5</sup>No site da Cambridge University Press, permanece a série de livros como pertencentes a "Anglo-Saxon Studies". Acesso em 11/02/2021 <https://www.cambridge.org/core/series/anglosaxon-studies/9C272EC5B52DDBAF667D588B720554C9>; O periódico anual Anglo-Saxon Studies in Archaeology and History (ASSAH), editado pela Professora Helena Hamerow, do Instituto de Arqueologia, da Universidade de Oxford) está na sua 22a edição. Acesso em 11/02/2020 <https://archaeopress.com/ArchaeopressShop/Public/defaultAll.asp?intro=Home&PublishedDateGT=11+Feb+2020>

<sup>6</sup>O site do departamento pode ser acessado pelo link: <https://www.asnc.cam.ac.uk/> (acesso em 16/02/2020).

<sup>7</sup>Para maiores informações a respeito do debate em relação a obra de Tácito e outras fontes históricas da Antiguidade Clássica cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 157 – 186. No que diz respeito, de forma mais específica, à relação de identidades e mesmo de etnicidade entre romanos e bárbaros, recomendamos HALSALL, Guy.

**Barbarian Migrations and the Roman West (376 – 568).** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

<sup>8</sup> Quanto ao conceito de celta, o mesmo é político e deve ser contextualizado "em suas diversas implicações da antiguidade aos tempos modernos". Ainda de acordo com Mello, mesmo enquanto um termo guarda chuva, a pergunta que ainda persiste entre os acadêmicos é quanto à aplicabilidade do termo celta para compreender populações europeias da idade do ferro (MELLO, 2018, p. 24). Logo, falar sobre identidade celta, por exemplo, representa uma demanda muito mais dos nossos tempos do que uma questão para essas sociedades na Antiguidade e no Medievo.

<sup>9</sup> *qui tertius quidem in regibus gentis Anglorum, cunctis australibus eorum provinciis quae Humbrae fluvio et contiguis ei terminis sequestrantur a borealibus, imperavit; sed primus omnium caeli regna conscendit.*

<sup>10</sup> Entre os religiosos e missionários anglo-saxões que foram para o continente, sem sombra de dúvida os mais conhecidos foram Alcuíno de York (na corte de Carlos Magno, uma das grandes mentes por trás do renascimento carolíngio) e São Bonifácio (missionário e responsável por cristianizar os pagãos germânicos do reino franco; martirizado pelos frísios em c. 754).

<sup>11</sup> Como são denominados, por exemplo, reis como Ine, Beorhtric, Æthelwulf e Æthelred nos registros da *Crônica Anglo-Saxônica* e na *Vida do Rei Alfred*: capítulos 1, 7, 9, 14, 30, 68.

<sup>12</sup> Total de 8 manuscritos em inglês antigo e um com tradução latina: MS. A – The Parker Chronicle ou The Winchester Chronicle (c. 891-1093), MS. B – The Abingdon Chronicle I, compilado a partir do ano 1000, MS. C – The Abingdon Chronicle II, compilado na 2ª metade do século XI-1066, MS. D – The Worcester Chronicle, compilado a partir do século XI e que inclui algum material de Beda, MS. E – The Peterborough Chronicle, MS. F – The Canterbury Bilingual, duas compilações: em latim e inglês antigo, MS. G, que é uma cópia do MS. A e o MS. H – apenas um fragmento que contém os anos de 1113-1114.

<sup>13</sup> *In nomine Domini. Ego Ælfredus, gratia Dei Angolsaxonum rex, una cum consensu uenerabilis familie Mældubiensis ecclesie, concedens dono meo fideli ministro nomine Dudig aliquantulum terre, id est .iiii. cassatorum ad eandem <ecclesiam pertinentem in loco qui dicitur Cellanwurd. Post trium autem dies heredum> predicta terra ad ecclesiam sancti saluatoris in Maelduberi absque omni contradictione in seruitium pristinum redeat. Est etenim antememorata terra libera ab omnibus secularibus negotiis, preter expeditionem et pontis arcisue instructionem. Acta est autem hec scriptio huius cartule, istis consentientibus testibus quorum nomina subtus notantur, in loco qui dicitur Maelduberi, nostro autem uocabulo Maeldumesburg. + Ego Ælfred rex. + Wlfrig episcopus. + Æpelhel<m> dux. + Æpelnoð dux. + Æpelwald filii regis. + Eadward filii regis. + Beorhnað. + Elfhære. + Deormod. + Beorhthelm. + Ceolu<l>f. + Wulfric. + Werulf. + Ecgulf. (S 356). Retirado de [Electronic Sawyer \(cam.ac.uk\)](http://www.cam.ac.uk), acesso em 08/02/2021.*

<sup>14</sup> *In nomine Domini. Ego Eadwardus Dei gratia Angolsaxonum rex, deprecanti uenerabili familia Maldubiensis ecclesie, aliquantulum terre mee, id est .x. cassatorum, dedi predictae familie in loco qui dicitur Hanekintun, pro commutatione alterius terre eiusdem quantitatis ubi ruricole Fearnberngas appellant, in eternam hereditatem. Sunt autem predictae terre ab omnibus secularibus negotiis libere. Hanc autem commutationem deprecantibus fratribus pro eorum commoditate feci, quia terra quam predictis fratribus dedi duobus tantum distat miliaris ab eorum monasterio; illa autem quam accepi distat a predicto monasterio ferme .xx. miliaris. Si quis autem, quod non optamus, regum seu principum hanc libertatem infringere audaciter presumpserit, in die districti examinis sit anathema maranata, nisi digne emendauerit quod impie agere presumpserit. Scripta uero est hec libertas anno ab incarnatione Domini .dcccii., indictione .vii. + Eadward rex + Ealhswið mater regis + <Elffled> coniunx regis + Ocea minister + Uffa minister + Beorhthelm minister + Ælfeah minister + Æthelward minister.*

<sup>15</sup> Sawyer, Charters, n° 1417 (924 – 933); cf. *Electronic Sawyer: Online Catalogue of Anglo-Saxon Charters*, disponível em: <<http://esawyer.org.uk>>; cf. Foot, 2012: p. 116 – 117.

<sup>16</sup> A presença ou construção dessa identidade local/nacional também se faz presente na produção poética do mesmo período, em poemas como *Beowulf*, *A Batalha de Brunanburh*, *A Captura das Cinco Cidades*, *A Batalha de Maldon* e *Widsith*. Em tais obras é possível encontrar a construção de uma identidade “inglesa” e a relação de alteridade diante, principalmente, de povos de origem nórdica e que de alguma forma são identificados com os invasores vikings (MEDEIROS, 2021).

<sup>17</sup> Site oficial da banda: <http://asiandubfoundation.com> (acesso em 22/02/2021).